

Um plano decenal para pagar a dívida externa

30 DEZ 1988

Samsão Woiler (*)

É necessário que o Brasil tenha um plano completo para solucionar o problema da dívida pública, discutido e aprovado pelo Congresso. Esse plano de pagamento da dívida pública inicia-se pelo pagamento da dívida externa brasileira em dez anos, conforme o esquema apresentado a seguir:

1 — Considerando que a dívida externa total é da ordem de US\$ 120 bilhões e que a exportação anual do Brasil é de aproximadamente US\$ 30 bilhões, proponho que a dívida seja paga em três anos com a totalidade dos recursos gerados pelas exportações brasileiras, ou seja, 90 bilhões, portanto, com um deságio de 25%, além do não pagamento dos juros durante esse período.

Ao liquidar uma dívida em curto prazo é justo pedir-se um desconto, ainda mais quando o risco bra-



sileiro é reconhecido pelos próprios banqueiros privados internacionais, que chegam a propor a venda de créditos com deságios de 50 a 60% de desconto.

2 — Durante os três anos em que estivermos pagando a totalidade da dívida externa atual com as exportações, nossas importações estarão sendo financiadas pelos próprios credores atuais e/ou por "suppliers credits" do Eximbank ou bancos equivalentes, que também estarão recebendo os dólares das nossas exportações para pagamento aos bancos credores dos seus respectivos países.

Estimo que a nossa necessidade anual é da ordem de US\$ 18 bilhões, o que nos levaria no fim de três anos a contrair uma nova dívida externa de US\$ 54 bilhões, que seria paga nos sete anos seguintes, considerando-se a manutenção de um superávit comercial de US\$ 12 bilhões por ano.

O grande mérito dessa formulação, que pode ser operacionalizada com a criação de um Fundo Inter-

nacional junto ao FMI é que o desconto de US\$ 30 bilhões na dívida externa brasileira seria utilizado integralmente para cancelar a dívida do Tesouro Nacional com os credores internacionais, evitando o aumento da base monetária quando da liberação dos cruzados já depositados no Banco Central para pagamento de dívidas vencidas e vincendas.

A conversão de dívida em capital seria simplificada, pois os bancos privados que recebessem os dólares através do Fundo Internacional poderiam reinvesti-los no Brasil recebendo do Banco Central um prêmio na conversão para cruzados de 15 a 25%, conforme a relação da taxa do dólar paralelo e no câmbio oficial, durante o período de janeiro de 1989 a dezembro de 1991.

Uma vez que o governo brasileiro pagará as dívidas externas contraídas até hoje com as exportações, os pagamentos correspondentes aos débitos externos remanescentes feitos em cruzados no Banco Central pelos atuais de-

vedores públicos ou privados poderiam ser utilizados para pagamento da dívida interna do governo federal ou para refinanciamentos dos governos estaduais, municipais e das estatais com dívidas internas vencendo no período. Estes pagariam esses empréstimos ao Banco Central em OTN mais 12% ao ano para cobrir as necessidades de cruzados dos superávits da balança comercial de 1989 a 1998.

Caso uma maxidesvalorização fosse realizada para incentivar as exportações e restringir as importações, o governo poderia estabelecer um depósito compulsório para os exportadores quando da liberação dos cruzados pelo Banco Central, durante os três anos iniciais, para ajudar na rolagem da dívida interna.

Esse depósito seria lastreado em títulos corrigidos em OTN e a juros de 12% ao ano e amortizados durante os sete anos seguintes, e que poderiam ser descontados no sistema financeiro por seus possuidores.

O governo poderia reduzir os subsídios e o interventionismo na economia, liberar os setores produtivos para a livre iniciativa, reduzir as reservas de mercado, corrigir salários, câmbio e preços de acordo com a inflação real e manter um superávit orçamentário a partir de 1992 até 1998 para viabilizar o pagamento em cruzados do superávit da balança comercial de US\$ 12 bilhões por ano, sem nenhuma pressão inflacionária.

O plano decenal para pagamento da Dívida Pública aqui apresentado pode parecer ambicioso e inatingível, mas com a experiência que tivemos na negociação financeira de dívidas de empresas em grande dificuldade, além dos contatos que mantivemos com banqueiros e empresários, acredito que possa ser aceito pela comunidade internacional.

(*) PhD em Engenharia Industrial pela Stanford University (Califórnia); professor titular da Escola Politécnica da USP.